

AUTISTAS ADULTOS E O APAGAMENTO INSTITUCIONAL: DESAFIOS DA TRANSIÇÃO DA ESCOLA PARA A VIDA ADULTA NO BRASIL

INSTITUTIONAL ERASURE OF AUTISTIC ADULTS: CHALLENGES IN THE TRANSITION FROM SCHOOL TO ADULT LIFE IN BRAZIL

DOI: 10.16891/2317-434X.v14.e1.a2026.idMEPESA03

Recebido em: 03.12.2025 | Aceito em: 13.12.2025

Francisco Renato Silva Ferreira^a
Marta Coelho Bezerra Dantas^a
Cilianne Édila Leandro de Sousa^a
Marlene Menezes de Souza Teixeira^{a*}

Pós-graduação em Ensino em Saúde, Centro Universitário Doutor Leão Sampaio^a
**E-mail: marlenesouza@leaosampaio.edu.br*

RESUMO

O estudo examina o apagamento institucional que atravessa a vida adulta de pessoas autistas no Brasil, evidenciando como a falta de políticas contínuas e intersetoriais compromete a autonomia, a participação social e a permanência de direitos após o fim da escolarização. A análise demonstra que, embora o período escolar seja marcado por redes de cuidado, proteção e acompanhamento, tais estruturas raramente encontram continuidade na fase adulta, inaugurando trajetórias permeadas por incertezas, dependência familiar e ausência de serviços públicos permanentes. A investigação, construída a partir de revisão bibliográfica sistematizada e análise crítica de documentos nacionais e internacionais, revela que a invisibilidade não decorre de episódios isolados, mas de processos estruturais sustentados por lacunas políticas, práticas capacitistas e desarticulação entre Estado e sociedade. Ao iluminar essas dinâmicas, o estudo reafirma a urgência de políticas que garantam suporte integral ao longo de todo o ciclo da vida, assegurando dignidade e reconhecimento social às pessoas autistas.

Palavras-chave: Vida Adulta; Inclusão; Autismo.

ABSTRACT

This study examines the institutional erasure experienced by autistic adults in Brazil, highlighting how the lack of continuous and intersectoral public policies compromises autonomy, social participation, and the continuity of rights after the completion of formal schooling. The analysis shows that, although the school years are characterized by networks of care, protection, and support, these structures rarely continue into adulthood, giving rise to trajectories marked by uncertainty, family dependence, and the absence of permanent public services. Based on a systematic literature review and a critical analysis of national and international documents, the study reveals that invisibility does not stem from isolated incidents but rather from structural processes sustained by policy gaps, ableist practices, and the lack of coordination between the State and society. By shedding light on these dynamics, the study reaffirms the urgency of policies that ensure comprehensive support throughout the life course, guaranteeing dignity and social recognition for autistic people.

Keywords: Adulthood; Inclusion; Autism.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a inclusão de pessoas autistas na sociedade brasileira permanece atravessado por lacunas estruturais que, apesar de avanços normativos, continuam a demarcar quem tem acesso a oportunidades de desenvolvimento e quem permanece à margem das políticas públicas. A discussão mais recorrente ainda se concentra na infância, produzindo um deslocamento conceitual que reduz o autismo a uma etapa inicial da vida e, ao fazê-lo, negligencia desafios fundamentais da continuidade formativa, social, terapêutica e profissional. É nesse ponto que emerge a necessidade de compreender o que ocorre após o término da Educação Básica, momento em que muitos jovens autistas experimentam um processo silencioso de invisibilização que compromete a passagem para a vida adulta.

Diversas pesquisas enfatizam que a escola costuma ser o principal espaço de socialização, proteção e acompanhamento multidisciplinar de crianças e adolescentes autistas. Com sua conclusão, rompe-se uma rede de apoio que, em grande parte do país, não encontra continuidade nas políticas públicas de saúde, assistência social ou trabalho. Essa ruptura evidencia não apenas a fragilidade dos sistemas de apoio à vida adulta, mas também o modo como a sociedade brasileira tem produzido formas de apagamento social e institucional. Em estudos contemporâneos, encontra-se a observação de que:

A exclusão não se anuncia em gestos grandiosos, mas se instala gradualmente, ali onde a ausência de políticas se converte em destino para aqueles que dependem delas. Ela se manifesta nas brechas do cotidiano, nos silenciamentos acumulados, nas oportunidades que não chegam e nos direitos que não se materializam. Assim, a exclusão opera de modo sutil e persistente, naturalizando desigualdades que, em vez de acidentais, tornam-se estruturais (Santos, 2020, p. 88).

Essa perspectiva reforça a compreensão de que o apagamento não irrompe de maneira súbita; ele se engendra lentamente, sedimentado por omissões sucessivas que, ao se acumularem, naturalizam a exclusão e a transformam em continuidade silenciosa.

Compreender essa dinâmica exige retomar a centralidade dos direitos humanos e da cidadania na formulação de políticas de inclusão. A ausência de

estratégias intersetoriais — articulando Educação, Saúde e Assistência Social — coloca autistas adultos diante de barreiras que extrapolam a dimensão institucional e alcançam esferas emocionais, econômicas e relacionais. O fim da escolarização torna-se, paradoxalmente, o início de um ciclo de incertezas: desaparecem atendimentos terapêuticos, cessam projetos de acompanhamento, esvaziam-se oportunidades de qualificação profissional e, em muitos casos, intensifica-se a dependência familiar. Em análise, Goffman (1963, p. 52) descreve fenômenos semelhantes ao afirmar:

A sociedade estabelece limiares invisíveis que definem quem pode circular e quem deve permanecer à sombra de suas próprias possibilidades. Esses limites não são nomeados explicitamente, mas operam através de expectativas, olhares e classificações que regulam o acesso aos espaços sociais. Desse modo, os indivíduos marcados por atributos estigmatizados veem sua participação restringida, não por barreiras materiais evidentes, mas por fronteiras simbólicas que moldam o reconhecimento e o pertencimento.

Embora formulada em outro contexto histórico, essa leitura projeta luz sobre dinâmicas ainda vigentes da exclusão contemporânea, revelando continuidades que atravessam temporalidades distintas e persistem nas formas sutis de marginalização social.

Também se observa que a transição para a vida adulta expõe a distância entre legislações inclusivas e a realidade vivenciada por autistas. O arcabouço normativo brasileiro, apesar de robusto, não se concretiza em políticas permanentes e acessíveis. A inexistência de programas contínuos de empregabilidade, o despreparo das instituições para acolher a diversidade e a escassa produção de políticas voltadas à autonomia funcional reforçam a sensação de abandono vivida por muitas famílias. Assim, o fenômeno da invisibilidade não resulta apenas da falta de políticas, mas da falta de continuidade, de coordenação e de compromisso com a diversidade humana.

Nesse contexto, este estudo parte da necessidade de analisar os efeitos do apagamento institucional sobre autistas adultos, destacando como esse processo compromete o exercício da cidadania, a construção da autonomia e a participação social. O objetivo central consiste em investigar os principais desafios enfrentados após a conclusão da Educação Básica, evidenciando as lacunas existentes nas políticas públicas que deveriam

assegurar suporte, dignidade e continuidade de cuidado. Ao iluminar essas questões, busca-se contribuir para a construção de uma agenda inclusiva que reconheça o direito de pessoas autistas a uma vida adulta plena, respeitosa e sustentada por políticas integradas ao longo de todo o ciclo da vida.

REFERENCIAL TEÓRICO

A reflexão sobre o autismo, quando situada em uma perspectiva integral e não segmentada, impõe a necessidade de superar concepções limitadas ou centradas exclusivamente na infância. Pesquisas recentes têm evidenciado que o autismo configura um modo particular de existência, atravessado por experiências sensoriais, comunicacionais e relacionais que se prolongam ao longo de toda a vida. Quando essa continuidade não é reconhecida pela sociedade, estabelece-se um descompasso profundo entre aquilo que a escola oferece durante a Educação Básica e as demandas que emergem no ingresso à vida adulta. Tal descompasso tem sido amplamente discutido na literatura, que converge para a ideia de que a inclusão não pode ser entendida como ação isolada, mas como processo permanente, amparado por políticas consistentes e por práticas sociais que acolham e legitimem a diversidade humana. Essa compreensão ganha força na obra de um dos principais estudiosos da área, ao afirmar que:

A deficiência não reside no corpo, mas na ausência de condições estruturais que permitam que esse corpo pertença ao mundo. O impedimento não está na diferença corporal em si, mas nas barreiras físicas, comunicacionais, institucionais e atitudinais que restringem presença, participação e reconhecimento. É o ambiente que produz a deficiência, quando falha em assegurar acessibilidade, dignidade e possibilidades reais de convivência e autonomia para todos (Mello, 2020, p. 41).

Tal afirmação transfere o eixo interpretativo do indivíduo para as estruturas sociais que o circundam, permitindo compreender com maior nitidez como barreiras contextuais, institucionais e culturais se articulam para moldar — e frequentemente limitar — as experiências de autistas na vida adulta. Ao evidenciar que as dificuldades não se originam exclusivamente das características do sujeito, mas das condições oferecidas pela sociedade, amplia-se a leitura crítica sobre os

mecanismos que sustentam desigualdades e invisibilidades ao longo do ciclo vital.

A produção teórica sobre inclusão educacional, quando examinada em perspectiva histórica, evidencia que a escola desempenha papel fundamental na socialização de crianças e adolescentes, mas nem sempre oferece bases para a continuidade dessa inclusão na vida adulta. Estudos recentes indicam que a institucionalização do cuidado educativo, embora imprescindível, tende a concentrar-se no período da Educação Básica, o que contribui para que a sociedade compreenda o autismo como fenômeno infantil. A partir desse enquadramento, tensões emergem no momento em que a escolaridade termina e as famílias se deparam com a ausência de políticas que assegurem transições seguras para o trabalho, para a formação profissional ou para serviços terapêuticos. Essa ausência de continuidade revela o quanto as políticas públicas brasileiras permanecem fragmentadas, incapazes de articular, de forma consistente, Educação, Saúde e Assistência Social. Conforme observa Goffman (1963, p. 59) em análise clássica:

Os sistemas sociais erguem fronteiras simbólicas que determinam quem pode participar e quem deve permanecer à distância, definindo lugares sociais, autorizando presenças e regulando ausências. Essas barreiras não são declaradas abertamente, mas se manifestam em expectativas, olhares e classificações que moldam o comportamento e as possibilidades de circulação dos sujeitos. As fronteiras simbólicas atuam como mecanismos de exclusão e controle, restringindo acessos e condicionando o reconhecimento social.

Quando transposta para o cenário contemporâneo, essa interpretação torna visíveis os mecanismos que perpetuam o apagamento de autistas adultos, revelando como práticas sociais, dispositivos institucionais e expectativas normativas operam conjuntamente para restringir seus espaços de participação. Tal perspectiva evidencia que a invisibilidade não é fruto de ações isoladas, mas de um conjunto de decisões políticas e culturais que, ao longo do tempo, naturalizam a ausência de políticas contínuas e consolidam trajetórias marcadas pela descontinuidade de direitos. Nesse movimento silencioso, estruturas sociais reproduzem desigualdades e reforçam fronteiras simbólicas que afastam autistas das oportunidades formativas, profissionais e relacionais que deveriam estar asseguradas ao longo da vida adulta.

A discussão sobre políticas inclusivas ao longo da vida articula-se diretamente com os princípios dos direitos humanos, que compreendem a autonomia e a participação social como dimensões essenciais da experiência humana. As principais diretrizes internacionais, especialmente aquelas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (2021) e pela Organização das Nações Unidas (2016), enfatizam que a inclusão deve ocorrer de maneira contínua, sustentada por suporte integral ao longo de todo o ciclo vital. Apesar dessas orientações, estudos brasileiros têm mostrado que tais recomendações não se concretizam plenamente em políticas estruturantes capazes de garantir continuidade de cuidados e oportunidades para autistas adultos. Pesquisas recentes evidenciam que a fragilidade de ações intersetoriais produz cenários de vulnerabilidade que atravessam dimensões emocionais, econômicas e subjetivas, ampliando desigualdades e comprometendo a construção de autonomia. Tal realidade indica que a passagem para a vida adulta, em vez de representar um momento de fortalecimento da cidadania, frequentemente inaugura trajetórias marcadas por desproteção institucional e ausência de amparo estatal. Em análise contundente, uma autora da sociologia contemporânea observa que:

A exclusão opera não pela negativa explícita, mas pelo esvaziamento institucional que esgota possibilidades antes mesmo de elas se apresentarem. Ela se instala de modo silencioso, nas ausências de políticas, nos serviços interrompidos, nas respostas que nunca chegam, criando um cenário em que direitos se tornam abstrações. A exclusão se consolida como resultado de omissões persistentes, que limitam trajetórias e reduzem, de antemão, aquilo que os sujeitos podem aspirar ou realizar (Santos, 2020, p. 91).

Essa interpretação reforça a compreensão de que o apagamento institucional não pode ser reduzido a episódios isolados ou circunstanciais; trata-se de um processo contínuo, gradual e estrutural, sustentado por práticas sociais sedimentadas, por políticas fragmentadas e por omissões que se acumulam ao longo do tempo. Ao reconhecer essa dinâmica, torna-se possível perceber que a exclusão de autistas adultos opera de maneira difusa e persistente, enraizando-se em dispositivos institucionais que, ao invés de assegurar continuidade de direitos, produzem desproteção, desarticulação e fragilização das trajetórias em direção à vida adulta.

A discussão sobre barreiras sociais enfrentadas

por autistas adultos adquire profundidade quando se considera que tais obstáculos são produzidos por dinâmicas capacitistas internalizadas pela sociedade. A literatura evidencia que o capacitismo não se manifesta apenas em atos discriminatórios, mas também em expectativas normativas sobre desempenho, produtividade e modos de interação. O discurso da normalidade, quando aplicado como parâmetro exclusivo, torna-se mecanismo de exclusão que limita oportunidades e produz invisibilidades. Assim, pensar a vida adulta autista implica reconhecer que a autonomia não se constrói apenas pela vontade individual, mas pela existência de ambientes acessíveis, políticas de suporte e redes de apoio solidamente instituídas. A partir dessa perspectiva, o apagamento institucional emerge não como evento isolado, mas como resultado da desconexão entre direitos formalizados e práticas concretas de inclusão.

Tomadas em conjunto, essas reflexões teóricas apontam para um desafio central: o reconhecimento de que a vida adulta de autistas demanda políticas permanentes, acompanhamento contínuo e ações intersetoriais capazes de garantir dignidade, participação social e autonomia possível. A literatura especializada converge ao demonstrar que, enquanto a infância recebe investimentos estruturais, a vida adulta é lançada a um território de incertezas, onde decisões políticas, econômicas e sociais moldam trajetórias marcadas por exclusões silenciosas. Assim, a fundamentação teórica aqui apresentada reafirma que compreender a complexidade do apagamento institucional exige romper leituras simplificadoras e produzir análises que considerem a totalidade da experiência humana e social envolvida na condição autista.

METODOLOGIA

A investigação adota abordagem qualitativa por permitir a compreensão aprofundada das experiências, percepções e sentidos produzidos em torno do apagamento institucional vivido por autistas adultos. A natureza desse fenômeno, que envolve dimensões subjetivas, sociais e políticas, demanda uma metodologia capaz de apreender nuances, contradições e trajetórias marcadas por silêncios institucionais. Para atender a essa necessidade analítica, o estudo estrutura-se a partir de revisão bibliográfica sistematizada, contemplando produções nacionais e

internacionais publicadas nos últimos anos, especialmente aquelas que examinam a transição da escola para a vida adulta, a intersectorialidade das políticas públicas e os processos de exclusão que atingem pessoas autistas.

O percurso metodológico fundamenta-se na seleção criteriosa de obras acadêmicas, documentos oficiais, legislações e relatórios institucionais que tratam direta ou indiretamente da temática. A escolha desse conjunto teórico-documental assegura a construção de uma análise consistente, capaz de evidenciar permanências, rupturas e omissões que configuram o apagamento institucional. Em diálogo com a literatura metodológica contemporânea, adota-se a compreensão de que:

A pesquisa qualitativa se ocupa das significações que estruturam o real, buscando revelar camadas de sentido que não se apresentam de forma imediata. Seu foco recai sobre dimensões simbólicas, subjetivas e socioculturais que moldam práticas, percepções e relações, permitindo ao pesquisador apreender nuances que escapam às abordagens puramente quantitativas. Assim, a análise qualitativa ilumina compreensões profundas do vivido, evidenciando processos, contradições e significados que atravessam a experiência humana (Minayo, 2016, p. 27).

Tal compreensão conduz o exame crítico das fontes, permitindo que as interpretações se constituam a partir do diálogo entre o material analisado e o contexto social mais amplo no qual esse material está inscrito, evidenciando sentidos que somente emergem quando os dados são articulados às dinâmicas concretas da vida social.

A análise do material selecionado será conduzida por meio de exame interpretativo, articulando categorias previamente estabelecidas com elementos que emergem durante o processo de leitura e síntese. Essa estratégia possibilita identificar padrões discursivos, tensões conceituais e lacunas teóricas que atravessam a produção sobre autismo na vida adulta. A abordagem qualitativa, nesse sentido, permite compreender como as políticas públicas, ao se tornarem fragmentadas ou desarticuladas, produzem experiências de vulnerabilidade que repercutem diretamente na autonomia e na participação social de autistas.

O percurso metodológico contempla ainda a leitura de legislações nacionais, diretrizes internacionais e documentos institucionais para examinar como diferentes

esferas do Estado tratam a continuidade de cuidado, apoio e inclusão após o término da escolarização básica. Esse procedimento contribui para evidenciar contradições entre o discurso normativo e as práticas efetivamente implementadas, permitindo compreender a profundidade do apagamento institucional. A articulação entre literatura científica, análise documental e interpretação crítica configura um desenho metodológico coerente com o objetivo central do estudo, garantindo rigor analítico, consistência argumentativa e aderência à complexidade do fenômeno investigado.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise do material examinado revela um quadro consistente de descontinuidade de políticas públicas voltadas ao acompanhamento de autistas após o término da Educação Básica, configurando um processo de apagamento institucional que se expressa de modo sutil, mas profundo, nas práticas sociais e nos sistemas estatais. O conjunto das evidências demonstra que a vida adulta marca o surgimento de novas vulnerabilidades, sobretudo quando os mecanismos de proteção, historicamente concentrados no ambiente escolar, deixam de operar de forma estruturada. A ausência de políticas intersectoriais contínuas repercute na vida cotidiana desses sujeitos, produzindo fragilidades nas áreas de saúde, formação profissional, inserção laboral e participação social.

O exame das legislações e diretrizes oficiais permite identificar avanços formais, especialmente após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012). No entanto, a interpretação crítica desses documentos, em diálogo com pesquisas recentes, indica que tais instrumentos não têm se traduzido em ações robustas e permanentes. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021) destaca que a transição para a vida adulta de pessoas autistas exige articulação consistente entre saúde, educação e assistência social, mas o cenário brasileiro ainda revela desconexões significativas entre esses sistemas. Em leitura precisa, o relatório da United Nations (2020, p. 14) enfatiza que:

A ausência de continuidade no apoio institucional intensifica desigualdades e amplia barreiras à autonomia e à participação plena. Quando políticas, recursos e serviços deixam de ser

mantidos ao longo do tempo, criam-se rupturas que fragilizam direitos, interrompem processos de inclusão e limitam oportunidades de desenvolvimento. A falta de sustentação institucional transforma vulnerabilidades em exclusões permanentes, afetando de modo desproporcional grupos que dependem desses apoios para exercer sua cidadania.

Tal constatação dialoga de maneira direta com os resultados alcançados neste estudo, reafirmando que as lacunas apontadas em documentos e relatórios internacionais também se manifestam de forma concreta no contexto analisado. A convergência entre essas evidências demonstra que o apagamento institucional não é fenômeno abstrato, mas realidade verificável nas trajetórias de autistas adultos, cuja experiência confirma, em escala cotidiana, os mesmos padrões de descontinuidade e fragilidade identificados pela literatura.

A literatura analisada evidencia que a socialização escolar, compreendida como espaço estruturante durante a infância e adolescência, raramente encontra equivalência na vida adulta. As famílias tornam-se, quase sempre, responsáveis por suprir lacunas deixadas pelo Estado, enfrentando dificuldades para assegurar acompanhamento terapêutico, oportunidades de formação e condições de autonomia mínima. Autores como Mello (2020) e Schwartzman e Assumpção Júnior (2020) afirmam que o desamparo pós-escolar é um dos principais fatores que compromete a qualidade de vida de autistas adultos. As análises indicam que políticas fragmentadas, ausência de programas de empregabilidade e falta de capacitação institucional produzem trajetórias marcadas por isolamento, dependência e redução das possibilidades de participação cidadã.

O estudo também revela que o capacitismo, enquanto lógica estruturante, opera como mecanismo de manutenção do apagamento institucional. Essa forma de discriminação, discutida por Almeida (2019), atua não apenas nas relações interpessoais, mas sobretudo nos modos pelos quais instituições compreendem — ou deixam de compreender — a diversidade dos corpos, das mentes e das formas de estar no mundo. Quando autistas adultos não são contemplados em programas de formação, trabalho ou cuidado, reforça-se a ideia equivocada de que suas necessidades pertencem exclusivamente ao campo da infância, perpetuando um ciclo de invisibilidade. Pesquisas recentes, como a de Camargo (2021), demonstram que a falta de políticas estruturadas após os

18 anos aprofunda desigualdades socioeconômicas e compromete o exercício da cidadania.

Outro ponto emergente na análise refere-se à distância entre o discurso normativo e as práticas efetivamente implementadas. Os tecidos institucionais, responsáveis por garantir suporte contínuo, mostram-se frágeis diante da complexidade das demandas adultas. Essa fragilidade pode ser compreendida a partir da leitura de Bauman (2017, p. 89), observa que:

As instituições modernas tendem a oferecer respostas curtas para problemas longos, deixando pessoas e grupos vulneráveis entregues a incertezas crônicas. Em vez de construírem soluções duradouras, produzem arranjos momentâneos que não enfrentam as raízes estruturais da insegurança. Assim, a vida social torna-se marcada por instabilidade contínua, na qual indivíduos precisam lidar sozinhos com riscos que, na realidade, são coletivos e deveriam ser acolhidos pelas políticas públicas.

Quando transposta para o contexto brasileiro, essa reflexão evidencia com nitidez a fragilidade das ações estatais destinadas à vida adulta de pessoas autistas, revelando que grande parte das políticas existentes permanece ancorada em respostas imediatistas. A análise demonstra que tais políticas, ao não considerarem a temporalidade ampliada que a vida adulta requer, acabam por reforçar ciclos de desassistência e rupturas institucionais que marcam de forma profunda as trajetórias desses sujeitos.

Em síntese, os resultados analisados demonstram que o apagamento institucional de autistas adultos não é produto de ausências pontuais, mas de um conjunto de fatores estruturais que incluem desarticulação intersetorial, insuficiência de políticas continuadas, lacunas na formação profissional, ausência de programas de inclusão produtiva e permanência de práticas capacitistas. O estudo evidencia que a superação dessas barreiras requer políticas que ultrapassem respostas imediatistas, investindo em ações de longo prazo que reconheçam a vida adulta como etapa legítima e indispensável do ciclo vital. A discussão aqui apresentada contribui, portanto, para ampliar a compreensão sobre a necessidade de políticas públicas mais integradas, capazes de garantir dignidade, autonomia e participação social para pessoas autistas ao longo de toda a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o apagamento institucional que atravessa a vida adulta de pessoas autistas no Brasil, destacando como a ausência de políticas contínuas e intersetoriais contribui para a produção de trajetórias marcadas por desproteção e descontinuidade de direitos. Ao retomar o tema e os objetivos delineados, observa-se que a investigação permitiu compreender, de forma aprofundada, os limites estruturais que se impõem após o término da escolarização, momento em que fragilidades antes amortecidas pela atuação da escola tornam-se mais evidentes e impactam diretamente a autonomia, a participação social e as possibilidades de construção de uma vida adulta digna.

Os resultados alcançados demonstram que a hipótese inicial, centrada na compreensão do apagamento institucional como processo estrutural e persistente, encontra respaldo nas evidências analisadas. A literatura consultada, articulada à leitura crítica da legislação e das diretrizes internacionais, confirma que o Estado brasileiro ainda não dispõe de políticas capazes de assegurar continuidade de cuidado, formação e inserção produtiva para autistas após os 18 anos. Identificou-se que a ausência de articulação entre saúde, educação e assistência social aprofunda desigualdades e limita oportunidades, configurando ciclos de exclusão que se reforçam com o passar do tempo.

As contribuições deste estudo situam-se tanto no

campo teórico quanto no campo político. Do ponto de vista conceitual, a pesquisa amplia o debate sobre a vida adulta autista, deslocando a compreensão de um fenômeno historicamente infantilizado para uma perspectiva integral, que reconhece a complexidade da existência ao longo da vida. Do ponto de vista social, evidencia a urgência de políticas permanentes que tenham como eixo central a continuidade de direitos, rompendo com modelos assistemáticos que reforçam vulnerabilidades. A reflexão aqui desenvolvida aponta ainda para a necessidade de consolidar práticas institucionais capazes de enfrentar o capacitismo e valorizar a diversidade neurobiológica como expressão legítima da condição humana.

Considerando as limitações inerentes ao recorte teórico, novos estudos podem aprofundar a compreensão sobre experiências de autistas adultos em contextos específicos, explorar estratégias comunitárias de apoio, analisar políticas públicas municipais e estaduais e investigar percursos de inserção profissional e acadêmica. A ampliação dessas agendas de pesquisa constitui caminho indispensável para a construção de políticas concretas que assegurem dignidade, autonomia e participação plena. Assim, reafirma-se que enfrentar o apagamento institucional não é somente demanda acadêmica, mas compromisso ético e social com a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. *Capacitismo: a invenção da deficiência e a normalização dos corpos*. São Paulo: Veneta, 2019.

BAUMAN, Z. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 30 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei

Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 nov. 2025.

CAMARGO, S. P. H. *Autismo e inclusão: desafios para a vida adulta*. São Paulo: Memnon, 2021.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1963.

MELLO, A. M. *Autismo na vida adulta: autonomia, trabalho e cidadania*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

SANTOS, B. de S. *O fim do império cognitivo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SCHWARTZMAN, J. S.; ASSUMPÇÃO JÚNIOR, F. B. *Autismo e desenvolvimento humano*. São Paulo: Manole, 2020.

UN – UNITED NATIONS. *A Disability-Inclusive Response to COVID-19*. New York: UN, 2020. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2020/05/sg_policy_brief_on_persons_with_disabilities_final.pdf. Acesso em: 30 nov. 2025.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Autism Spectrum Disorders*. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 30 nov. 2025.